

## ARTIGOS ORIGINAIS

### **A criação e implementação do programa de extensão AFRID da Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Uberlândia (1989-2014)**

*The creation and implementation of the extension program AFRID of the Faculty of Physical Education of the Federal University of Uberlândia, State of Minas Gerais, Brazil (1989-2014)*

#### RESUMO

Este artigo é resultado de uma pesquisa de mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, na linha de história e historiografia da educação. O objeto desta pesquisa foi o programa de extensão denominado Atividades Físicas e Recreativas para a Terceira Idade (AFRID), o recorte temporal vai de 1989, ano de criação do programa, até 2014, ano de seu 25º ano de funcionamento ininterrupto, com o objetivo de evidenciar o contexto de sua criação e implementação enquanto ação de extensão. Como base teórica empregou-se a filosofia da práxis. Esse estudo é de natureza qualitativa, utilizou fontes documentais, cruzando-as entre si, na construção da história do AFRID. Notadamente, a extensão nas universidades brasileiras passou por inúmeras transformações, o que refletiu nas ações extensionistas na UFU e no AFRID que, no período estudado, desenvolveu inúmeros projetos, beneficiou a população idosa e contribuiu com a formação discente, promovendo uma extensão que faz pensar, que propõe soluções e, acima de tudo, provoca a dissolução de velhos paradigmas assistencialistas, colaborando na construção de novas ideias e significados para a extensão universitária.

**Palavras-chave:** Extensão Universitária. AFRID. História. Idoso.

#### ABSTRACT

This article is the result of a master degree research carried out in the Post-Graduation Program in Education of the Federal University of Uberlândia, State of Minas Gerais, Brazil, in the line of history education and historiography. The objective of this research was the extension program called Physical and Recreational Activities for the Elderly (AFRID), the time cut goes from 1989, year of creation of the program, until 2014, the year of its 25th year of uninterrupted

Izaura de Menezes Medeiros

Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil (izauramedeiros@ufu.br).

operation, with the objective to highlight the context of its creation and implementation as an extension action. As theoretical basis, the philosophy of praxis was used. This study is qualitative by nature, using the documentary sources, crossing them among themselves, in the construction of the history of AFRID. Notably, extension in Brazilian universities underwent a number of transformations, which reflected in the extension actions in UFU and AFRID that, during the period studied, developed numerous projects, benefited the elderly population and contributed to the formation of students, promoting an extension that makes one think, which proposes solutions and, above all, causes the dissolution of old welfare paradigms, collaborating in the construction of new ideas and meanings for university extension.

**Keywords:** University Extension. AFRID. History. Elderly

## INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto da dissertação de mestrado intitulada “A gênese e o desenvolvimento do programa de extensão – AFRID – da Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Uberlândia: de 1989 a 2014”, defendida e aprovada no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (PPGED/UFU), na linha de História e Historiografia da Educação. O objetivo da pesquisa foi analisar como se deu a criação e a implementação do programa de extensão AFRID, sendo este o seu objeto empírico. Ademais, a escolha desse objeto se deu por sua permanência e consolidação como ação de extensão, assim, aspirou-se evidenciar seu contexto histórico, na Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Uberlândia (FAEFI/UFU), em 1989 até o ano de 2014, buscando indícios da sua consolidação nesses 25 anos de funcionamento do programa. A partir disso, este artigo busca corroborar com a valorização da memória do AFRID como uma importante ação extensionista no seio da Universidade Federal de Uberlândia, divulgar o trabalho de pesquisa desenvolvido na instituição e, assim, fortalecer a extensão universitária em todos os seus aspectos, especialmente em articulação com a pesquisa. Além de, contribuir para o entendimento das questões sobre velhice e educação, compreendendo que “a educação é apontada como poderoso determinante de uma velhice bem-sucedida” (NERI;

CACHIONI, 1999, p. 124). E, ainda:

A oferta de oportunidades educacionais a adultos maduros e idosos é amplamente justificada pela natureza potencializadora da educação e pelo seu caráter compensatório. Além disso, a participação em atividades educacionais pode favorecer o envolvimento e o engajamento social, o senso de auto eficácia e o bem-estar subjetivos dos idosos. (NERI; CACHIONI, 1999, p. 124).

A partir disso, buscou-se conhecer as ideias e as contradições entre teoria e prática, universidade e sociedade, saber científico e saber popular, e ainda, como se dão essas relações e qual, ou quais concepções de mundo estão ligadas ao fazer da extensão no AFRID, porém, sem a intenção de responder conceitualmente por toda a extensão realizada no programa ou na UFU. Assim, partindo de Gramsci (1966, p. 70) para quem “o ser não pode ser separado do pensar, o homem da natureza, a atividade da matéria, o sujeito do objeto; se se faz essa separação, cai-se em uma das formas de religião ou na abstração sem sentido”, a filosofia da práxis é a escolha desse estudo para se pensar a extensão, concedendo-lhe um caráter científico, o que se espera de todo processo educativo promovido pela universidade.

Atualmente, a extensão universitária é definida como: “um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade” (FORPROEX, 2012, p. 15). É certo que, o conceito de extensão foi construído ao longo de sua breve história nas universidades brasileiras, ganhou contornos de atividade secundária, paternalista e assistencialista, outrem, de comunicação ou divulgação, até o momento que se estabeleceu, em 2012, como ação política. Ainda:

A Extensão é uma atividade que possibilita estabelecer uma vinculação entre a Universidade e a Sociedade. Esse vínculo constitui-se um dos espaços potencialmente importantes para obter

práticas e espaços que culminem com a promoção do desenvolvimento, dada a contribuição recíproca de saberes que a instituição universitária gera e a sociedade proporciona, quando reciprocamente compreendidos e respeitados os espaços de produção de cada um desses organismos, com suas funções. A extensão também produz oportunidades reais de prestação de contas dos recursos investidos nas atividades que dão suporte à existência da Universidade e o cumprimento de suas funções. (CAMPOS, 2008, p. 11).

Entendendo que a filosofia da práxis orienta o fazer da extensão universitária no AFRID e em diversas outras ações de extensão, pois “é como práxis revolucionária que entendemos o papel da extensão hoje” (SOUSA, 2010, p. 130), considerou-se a prática extensionista como práxis educativa, orientada pelos conceitos de prática produtiva, aquela que transforma a natureza através do trabalho, e de prática revolucionária, que transforma a sociedade pela ação dos homens, ou seja, a sociedade sendo transformada pela própria sociedade. Desse modo, a extensão, como práxis revolucionária, deverá ser consciente do seu papel transformador; a práxis, então, é a ação consciente do homem, diferente da ação prática que pode traduzir-se em ação alienada – é com vistas a tal diferença que se situam as ações da extensão universitária: ações que visam à transformação da sociedade de maneira consciente e responsável, como atividades educativas compromissadas com as classes sociais mais pobres, na tentativa de cumprir o compromisso social da universidade. Ademais, a extensão deve servir a todas as classes sociais, destaca-se que, as classes dominantes já possuem acesso ao conhecimento e à universidade.

E, é evidente pensar que, a relação que a extensão exerce na universidade, colocando as classes sociais menos privilegiadas em acesso ao saber universitário, se trata de uma força contra hegemônica. Para Gramsci (1966, p. 37), “toda relação de “hegemonia” é necessariamente uma relação pedagógica” e, portanto, a educação que retrata a cultura da classe hegemônica deve ser entendida pelas classes não hegemônicas, para que essas possam propor políticas que atendam a suas demandas na área da educação, ou em outras. Ainda, segundo Melo Neto (2004,

p. 15) “em Gramsci, hegemonia é um conceito que ajuda o processo organizativo das classes sociais. Ocorre, não necessariamente, por uma exigência do domínio prévio do poder, mas sim pela adesão em torno de uma classe ou segmentos dessa classe”. Como relata o autor (2004, p. 16), “a universidade, como um aparelho de hegemonia, é um palco de disputas políticas e ideológicas”.

Nesse sentido, visou-se a ampliação da discussão recorrente, assinalando, pontualmente, ideias e conceitos da extensão universitária, em uma visão histórica e, por isso, contraditória e dialética. Para Gramsci,

o homem ativo de massa atua praticamente, mas não tem clara consciência teórica desta sua ação, que, não obstante, é um conhecimento do mundo na medida em que transforma. Pode ocorrer, inclusive, que sua consciência teórica esteja historicamente em contradição com o seu agir. (GRAMSCI, 1966, p. 20).

Portanto, conhecer a história da extensão é necessário para compreender o movimento percorrido pela universidade na institucionalização e conceitualização da extensão, no Brasil e no mundo, até chegar à história do AFRID.

## **Breve histórico**

Para compreender melhor a ideia e os significados da extensão, é essencial conhecer a sua história. O seu surgimento remonta ao século XIII, como relata Rocha (2001, p. 14): “a extensão tem o seu nascedouro no Mosteiro de Alcobaça, em Portugal, por volta do ano de 1269, sendo depois adotada por colégios religiosos, incluindo os criados pelos jesuítas na América Latina já no período colonial”. A primeira experiência com o nome de extensão universitária surge na segunda metade do século XIX, na Universidade de Cambridge, Inglaterra, em 1867, quando seus dirigentes promovem um programa de palestras, como reportam Rocha (2001, p. 16) e Nogueira (2000, p. 58). Ainda, nesse mesmo período na Inglaterra, surgem as Universidades Populares, reconhecidamente uma das formas de extensão universitária. Essa experiência extensionista influenciou vários países da Europa, como a Espanha, em especial, a Universidade

de Oviedo, a qual, por sua vez, influenciou fortemente o movimento estudantil das colônias espanholas, inspirando o Manifesto de Córdoba, em 1918, que aconteceu na Argentina, por meio do movimento estudantil, e foi um marco para a extensão universitária na América Latina (MELO NETO, 2001, p. 48). O documento produzido em Córdoba exerceu influência diretamente sobre os estudantes brasileiros que buscaram construir um espaço de discussão e disseminação da extensão, por meio de diversos movimentos, dando ênfase aos sociais. Para Sousa (2010, p. 23), “não existe nenhum exagero ao afirmar-se que a extensão universitária no Brasil deve sua origem ao movimento estudantil”.

As experiências extensionistas inglesas irradiaram-se, também, nos Estados Unidos, que desenvolveram fortemente a extensão rural, e outras formas de extensão universitária como: a “prestação de serviços técnicos, difusão técnico-científica, realização de cursos profissionalizantes, educação à distância, educação permanente, cursos noturnos ou outras opções, com grande diversidade de metodologias ou tecnologias” (ROCHA, 2001, p. 17). O Brasil foi um dos importadores do modelo norte-americano, com o surgimento da Escola Superior de Agricultura de Viçosa-MG e da Escola Agrícola de Lavras-MG, na extensão rural (NOGUEIRA, 2001, p. 58), e na extensão universitária copiou-se o modelo técnico-científico voltado à prestação de serviços como promoção do desenvolvimento do país. Assim, como retratado pelo Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX):

A prática de atividades de Extensão Universitária, no Brasil, remonta ao início do século XX, praticamente coincidindo com a criação do ensino superior. Suas primeiras manifestações foram os cursos e conferências realizados na antiga Universidade de São Paulo, em 1911, e as prestações de serviço da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, desenvolvidos na década de 1920. No primeiro caso, a influência veio da Inglaterra; no segundo, dos Estados Unidos. (FORPROEX, 2012, p. 6).

Portanto, o modelo brasileiro de extensão foi inspirado nos modelos da Europa e dos EUA e, por vezes, não considerou as particularidades e necessidades da sociedade brasileira. Até hoje, há ações extensionistas pautadas na falta de diálogo com a sociedade, que não conseguem abarcar as reais necessidades da comunidade, suas demandas e deficiências. Para Sousa (2010, p. 12), “quando a extensão universitária surge no cenário acadêmico ela parece provocar um certo embaraço, como se sua existência fosse anacrônica e impertinente”. Talvez, tal desconforto se relaciona aos contraditórios entendimentos sobre o conceito de extensão, e pelo fato de que a relação entre Universidade e Sociedade está em permanente transformação.

No campo das políticas públicas, a extensão não era reconhecida pelo Estado, mesmo após o surgimento das primeiras universidades na década de 1920, não havendo nenhuma preocupação estatal em discutir ou elaborar conceitos sobre o tema. Segundo Sousa, “desde o Brasil Colônia até o ano de 1930, não será identificado nenhum registro no discurso oficial que reconheça a existência da extensão” (SOUSA, 2010, p. 57), o que não significa que as práticas de extensão não aconteciam. Na legislação educacional brasileira, o termo extensão universitária surge, pela primeira vez, em 11 de abril de 1931, no 1º Estatuto das Universidades Brasileiras, pelo decreto Nº 19.851, do Ministro da Educação Francisco Campos (NOGUEIRA, 2000; SOUSA, 2010).

A extensão volta a se fazer presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/4024) de 1961. Entretanto, apesar de constar na lei, ela não se efetivou nas universidades, como aponta Nogueira (2001, p. 59): “com a promulgação da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, novamente se faz sentir, de forma acentuada, a distância entre o texto legal e prática”.

No período da ditadura militar no Brasil, a extensão se torna obrigatória, com a promulgação da Lei nº 5.540 de 1968, lei básica da Reforma Universitária. Contudo, mesmo com a promulgação dessa lei, que veio regulamentar as propostas da Reforma Universitária,

não se percebem mudanças nessa prática. A obrigatoriedade da Extensão, que a Lei de 1968 afirmou, na verdade não trouxe nenhum acréscimo ou grandes alterações

sobre as atividades que já aconteciam. O que ocorreu foi que a atividade extensionista já existente passou a assumir uma face sistemática a partir do advento desta Lei. (SOUSA, 2010, p. 96).

Portanto, apesar de constar nas leis educacionais, a extensão é relegada, assumindo um caráter assistencialista e paternalista, exemplificado com ações como o Projeto Rondon, criado na ditadura, de caráter assistencialista, que visava atender comunidades carentes, e o CRUTAC – Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária, criado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em 1966, com o objetivo de proporcionar ao estudante universitário uma atuação nas comunidades rurais (NOGUEIRA, 2000).

No entanto, e apesar do autoritarismo e violência da ditadura militar, a Reforma Universitária de 1968 foi realizada, em partes, com a discussão que era vigente e anterior ao golpe de 1964; várias de suas propostas surgiram na discussão de setores preocupados com os rumos da universidade brasileira: “os militares implantaram reformas de impacto duradouro no ensino superior que ainda dão forma ao nosso sistema universitário” (MOTTA, 2014, p. 8). Vale lembrar que “duas grandes reformas do ensino superior no Brasil, no século XX, foram promovidas por ditaduras: a reforma Francisco Campos, em 1931, e a reforma do regime militar” (MOTTA, 2014, p. 12).

No campo das ações políticas, em 1975 é elaborada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) a primeira política de extensão Universitária no Brasil: o Plano de Trabalho de Extensão Universitária (NOGUEIRA, 2001). Na década de 1980, após o retorno da Democracia, mais precisamente, no ano de 1987, foi criado o FORPROEX, que procurou discutir e fomentar políticas de extensão nas universidades públicas. Foi, e ainda é, um importante instrumento para a organização da extensão no país:

Nesse contexto, os Pró-Reitores de Extensão criam o seu fórum para coordenar as reflexões sobre a extensão, estabelecendo diretrizes políticas para a sua execução e institucionalização interna, além de propor ao MEC a definição de um interlocutor no ministério, como já

possuíam as outras atividades acadêmicas, e programas próprios de financiamento. Enfim, visavam a interferir na política acadêmica. (NOGUEIRA, 2000, p. 67).

Em 1993, foi criado o PROEXTE (Programa de Fomento à Extensão Universitária), que fora interrompido em 1996. Segundo Campos (2008, p. 43),

O Programa de Fomento à Extensão Universitária – PROEXTE é um programa criado pelo MEC com a intenção de tornar viável a Política Pública de fomento à Extensão Universitária. Esse Programa é o resultado de uma ação materializada e gerenciada pelas Instituições governamentais, com a participação efetiva da Sociedade Civil, que cumpre o duplo papel de influenciadora e influenciada no processo. O PROEXTE foi implantado a nível nacional em 1993 atendendo a 128 Projetos das diversas IES.

Assim sendo, é somente a partir de 1993, com a criação do PROEXTE, que a extensão começa a receber recursos financeiros diretamente. No entanto, esse programa se extingue rapidamente, o que mais uma vez deixa a extensão carente de financiamento governamental. Em 1995, é criado o Programa Comunidade Solidária, e vinculado à Casa Civil da Presidência da República, como o braço governamental da Comunidade. Outras leis, de maior impacto para a extensão, foram promulgadas somente com o retorno democrático: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/96) e o Plano Nacional de Extensão, de 1998, construído pelo FORPROEX e pela Secretaria do Ensino Superior do Ministério da Educação e do Desporto SESu/MEC. Em 2003, o Programa de Fomento a Extensão (PROEXT) volta a ser realizado pelo governo, o que deu novo ânimo à prática da extensão nas universidades brasileiras.

É importante ressaltar que, atualmente, há a destinação feita pelo PNE 2001-2010, de 10% da creditação curricular a atividades de extensão (Lei nº 10.172/2001), no entanto, a efetivação dessa lei está

caminhando a passos lentos, o que pode comprometer a articulação entre a extensão e o ensino nas universidades públicas. O FORPROEX (2012, p. 14) disserta que “o elitismo e o conservadorismo, além da precária organização e recursos financeiros, tem impedido instituir a legalidade do proposto nas universidades”.

Posto isso, é possível verificar que os conceitos de extensão universitária no Brasil ganharam formas e ideias diversas ao longo do tempo. Da extensão reivindicada pelo movimento estudantil e por movimentos sociais, à sua compreensão como forma de desenvolvimento social e nacional, e até mesmo como meio de coerção social, realizada por setores da sociedade preocupados com os rumos da política do país. Recentemente, passou a ser objeto de preocupação das instituições de ensino superior (IES), que reconheceram e valorizaram a extensão como processo educativo, aliando-a ao ensino e à pesquisa desenvolvidos na universidade, dando-lhe um caráter científico.

Em nível de políticas públicas, a extensão precisa ser melhor articulada, para que se efetive como real promotora de transformações sociais. A extensão é um dever constitucional da universidade, por isso, é importante pensar em políticas que conheçam as deficiências sociais a partir do ponto de vista da sociedade; e, a partir do diálogo íntimo com a comunidade e com os estudantes, principais atores do processo – propostas extensionistas orgânicas e que considerem a realidade dos problemas que almejam solucionar ou para os quais a universidade pretende apontar caminhos.

### **Atividades físicas e recreativas para a terceira idade - AFRID**

O AFRID é um programa de extensão universitária que se propõe a oferecer atividades físicas e recreativas para o público idoso. O programa promoveu atividades sistematizadas ao longo de quase 30 anos, sem interrupções, sempre com o objetivo de

Proporcionar atividades físicas em diferentes modalidades, com abordagem recreativa, bem como palestras e estudos de cunho informativo para a comunidade de Uberlândia e região, estando na

faixa etária acima de 50 anos, visando a melhora da qualidade de vida, o bem-estar físico, social e emocional dos indivíduos. (AFRID, s/d).

Para que se identifique mais profundamente como se dava a organização do AFRID, se faz necessário entender o envelhecimento e seus processos. A velhice é uma fase da vida onde ocorrem declínios físicos e psicológicos; um processo inevitável e irreversível, porém, com o avanço tecnológico e o acesso à saúde e educação, percebe-se que tais declínios podem ser até mesmo estacionados.

Várias são as medidas tomadas para que o processo de envelhecimento seja vivenciado de modo saudável: o acesso a serviços de saúde e informação, a alimentação saudável, a atividade física, o lazer, o saneamento básico, a moradia, entre outras. E, assim, com medidas preventivas e melhorias nas diversas áreas citadas, a expectativa do brasileiro cresce em volume constante e traz consigo demandas em diversas áreas, no sistema de saúde, previdência e também na educação. Conforme IBGE (2015, p. 14), uma projeção mostra a forte tendência de aumento da proporção de idosos na população: “em 2030, seria de 18,6% e, em 2060, de 33,7%. Em 2060, a proporção da população com até 14 anos de idade seria de 13,0%; a de jovens de 15 a 29 anos de idade de 15,3% e a de pessoas de 30 a 59 anos de idade, de 38,0%”.

Todavia, é preciso que esses anos a mais sejam vividos plenamente, com qualidade de vida, bem-estar físico, emocional e social. Para isso, há leis que beneficiam os idosos, como o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), que salienta a importância de ações que assegurem os direitos fundamentais a qualquer ser humano. No capítulo V, o Estatuto do Idoso disserta sobre os direitos dos idosos à educação, cultura, esporte e lazer, que respeitem as particularidades da idade. Neri e Cachioni (1999) tratam da importante contribuição da educação formal e informal no processo de envelhecimento, dizendo que a educação pode ser uma aliada no seu desenvolvimento bem-sucedido.

O AFRID, como proponente de ações que beneficiam a população idosa, também promove palestras e cursos a seus colaboradores discentes do curso de Educação Física, que aprimoram os conhecimentos adquiridos na graduação e, assim, podem oferecer

atividades satisfatórias com embasamento teórico e prático para o trabalho com indivíduos da terceira idade, trabalhando com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, como preconizam as leis que regem a extensão.

<sup>1</sup> O curso de educação Física era regido pelo Departamento de Educação Física, que passou à Faculdade de Educação Física em 1999. Sobre a criação das unidades acadêmicas ver a Resolução nº 05/99 do Conselho Universitário da Universidade Federal de Uberlândia.

Destarte, para melhor entendimento do período estudado, o texto foi sistematizado da seguinte forma: o período inicial de dez anos de funcionamento do AFRID, desde sua criação até a institucionalização, de 1989 a 1999, que buscou perfazer a trajetória inicial e os caminhos percorridos até o seu reconhecimento dentro da instituição. E, um segundo período, do ano 2000 até o jubileu de prata em 2014, de maior envolvimento da UFU e do MEC com a extensão universitária e, conseqüentemente, o desenvolvimento de um número maior de ações e protagonismo dos discentes e da comunidade envolvida.

### **Da criação a institucionalização: 1989 a 1999**

Institucionalmente, o AFRID é ligado à Faculdade de Educação Física, onde sedia suas atividades. A FAEFI<sup>1</sup> oferece à sociedade inúmeras ações de extensão na área da atividade física, esportes, esportes adaptados, saúde, entre outras, e é reconhecida por esse trabalho extensionista em sua trajetória acadêmica e institucional.

Através de um universo de atividades de extensão, a FAEFI demonstra sua vocação para o trabalho extensionista. Em meio a essas ações, o AFRID surge em 1989, a partir do interesse discente do curso de educação física. Na realidade, havia um projeto que oferecia atividades físicas aos idosos, pensado e executado pelo discente Paulo César Alves Rocha desde 1987. Esse primeiro projeto oferecia orientações da prática da caminhada e outras atividades físicas no Campus Educação Física para esses idosos. Assim, foi constituído o embrião do AFRID nos anos de 1987 e 1988. Após a formatura do discente e seu desligamento da instituição, o projeto que atendia aos idosos foi retomado com o nome de AFRID sob a supervisão da professora Geni de Araújo Costa. Em sua tese de doutorado, a professora escreve “o projeto AFRID/UFU foi criado em 1988 por iniciativa de alguns professores do DEEFE (hoje FAEFI) e um grupo de estudantes que cursavam os últimos períodos da graduação” (COSTA, 2000, p. 41). Conclui-se que, por não ter um registro formal, o início das atividades do AFRID não pode ser determinado com exatidão, o que

foi constatado é que, o envolvimento discente foi imprescindível na criação do projeto.

Nesse período, a UFU não possuía um sistema de registro da extensão, o que impedia a institucionalização e avaliação, e, portanto, o fortalecimento dessas ações. Inúmeras ações eram realizadas, mas não eram registradas, inclusive o AFRID, que em seu início era uma ação caracterizada como projeto de extensão e que, por meio da implementação de um conjunto de projetos, passou a ser caracterizado como programa.

No entanto, na UFU havia a Resolução nº 01/88 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEP) que fixava normas para as atividades de extensão, para que cada órgão propusesse sua atividade anual de extensão, e que essas fossem aprovadas pelo referido Conselho, podendo ser reformuladas para aprovação. Isso pode sugerir que o Departamento de Educação Física não se organizava em relação às propostas anuais de extensão, e as ações aconteciam sem a institucionalização devida e prevista na resolução do CONSEP. Também, a Resolução nº 02/90 desse mesmo Conselho, que aprovava as normas para o encaminhamento dos projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão, apontava que cada unidade proponente devia elaborar suas atividades de extensão e os centros deviam analisá-las e encaminhá-las ao CONSEP para aprovação. Apesar de ser normatizada dentro da UFU, a extensão não tinha qualquer financiamento ou parcela de recursos financeiros destinados à sua realização, as ações aconteciam de maneira não sistematizada.

Apesar da falta de registro e financiamento, em 1995 o AFRID promove a primeira Semana do Idoso, evento de extensão que alcança seu público-alvo e também profissionais da saúde ligados aos cuidados com o idoso, educadores físicos, fisioterapeutas, médicos geriatras, nutricionistas, gerontólogos, enfermeiros e cuidadores. Nesse período, as atividades ocorriam tanto no campus Educação Física, quanto no SESC/Uberlândia, que foi um parceiro do AFRID na Semana do Idoso até 2013.

Outra ação desenvolvida foi o projeto do grupo de dança criado em 1995, por iniciativa da coordenadora do AFRID, Prof<sup>a</sup> Geni de Araújo Costa, e de um discente do curso de Educação Física que se interessava em trabalhar com a dança para idosos, o que denota,

mais uma vez, o interesse discente no trabalho extensionista. O grupo começou com a participação de 16 mulheres, com idade entre 51 e 68 anos, na modalidade de dança moderna, e foi desenvolvido adaptando a dança e o trabalho de expressão corporal à faixa etária das participantes. Atualmente, o grupo de dança do AFRID se apresenta em eventos culturais, dentro e fora da UFU, e também participa de festivais e concursos.

Em 1998, o AFRID passou a estar ligado ao Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisa em Atividade Física e Saúde (NIAFS/FAEFI), conforme Regimento Interno:

Art. 3º O NIAFS [...] foi regulamentado pela Ata da Faculdade de Educação Física e Departamento de Clínica Médica, ambos da Universidade Federal de Uberlândia, em 5 de agosto de 1998 e, rege-se pelo presente Estatuto Social e pela Legislação Brasileira, regulamentado em 15/04/2005. (NIAFS, s/d).

O AFRID passa, então, a ser institucionalizado, ou seja, após nove anos de sua criação, a ação ganha contornos institucionais estando ligado a um núcleo acadêmico. Notadamente, no mesmo ano, a UFU implementa o SIEX, o que dá às ações desenvolvidas um caráter institucional, trazendo, enfim, a visão da extensão como processo acadêmico e científico, organizando e legitimando as ações.

Esta experiência possibilitou que a UFU iniciasse um primeiro movimento no sentido do registro e na sistematização das atividades de extensão da instituição. Ao mesmo tempo, contribuiu para uma melhor sistematização dessas atividades, por meio de procedimentos e etapas básicas que deveriam orientar a organização da extensão no interior da UFU. (RODRIGUES, 2014, p. 55).

Portanto, ao longo desses dez primeiros anos de trabalho extensionista, o AFRID ganha legitimidade e reconhecimento institucional. Em 1989 era um projeto que oferecia atividades físicas e recreativas aos idosos e, ao longo desse período passa a ser um programa de

extensão, desenvolvendo além das atividades físicas, outras ações perenes de extensão. Dentre essas ações, a Semana do Idoso aparece como um importante evento na área do envelhecimento. A maioria das atividades que atualmente o AFRID desenvolve, nasceram nos dez primeiros anos de funcionamento, as atividades físicas de cunho recreativo, a Semana do Idoso e o grupo de dança. Notadamente, o AFRID chega ao final da sua primeira década mostrando o potencial da extensão em suas variadas facetas de desenvolvimento, ressaltando e ressignificando o conceito de extensão como transformador da realidade social, conseguindo alcançar reconhecimento institucional pelo trabalho acadêmico, científico, cultural, desportivo e político que o colocou em posição de destaque frente às questões dos idosos no município de Uberlândia. Para Buarque (2014, p. 15), “é por essa razão que a universidade tem de recuperar a sintonia ética com os verdadeiros interesses da população”.

### **Da institucionalização ao jubileu de prata: 2000 a 2014**

A partir dos anos 2000, a extensão começa a ser amplamente divulgada, estudada e difundida como processo acadêmico e científico, com o desenvolvimento do Plano Nacional de Extensão efetivado pelo FORPROEX, em 1998, e publicado, em 1999, pelo MEC. No entanto, no ano de 2000, ainda não havia uma política de financiamento da extensão. Somente com a retomada do Programa de Extensão Universitária, o ProExt, em 2003, é que as ações de extensão se tornam componente de destaque na UFU. Essa situação se reflete especialmente no AFRID, que busca financiamento em vários órgãos públicos. Em 2001, o AFRID, com a denominação de Projeto Vida Ativa AFRID, recebeu por intermédio de um convênio com Ministério do Esporte, verba de 100 mil reais. Esse foi o primeiro financiamento significativo recebido pelo programa, e impulsionou as ações, referentes à aquisição de materiais, produção de impressos, e outras ações. No entanto, não era financiamento para a extensão universitária, mas sim, de esporte e lazer. A partir desse financiamento, foi iniciado, em 2003, o Informativo AFRID, publicação destinada a esclarecer à população idosa sobre as atividades desenvolvidas no programa, além de informações pertinentes quanto à prática da atividade física e dicas de saúde e qualidade de vida. Ademais, o Informativo AFRID, tornou-se um precioso espaço

para que os discentes e, também toda a comunidade, pudessem desenvolver o processo de criação de textos, uma ferramenta a mais para o desenvolvimento e formação acadêmica do aluno. Além disso, os idosos eram incentivados a escrever para o informativo.

O informativo, que teve seu primeiro número publicado em janeiro/fevereiro de 2003, após 14 anos de funcionamento do programa, com tiragem de 800 exemplares, revela o desejo de compartilhar informações para que se chegue a um maior número de pessoas. A ação visa levar dicas de saúde, pesquisas realizadas in loco, reflexões, histórias e entretenimento à população idosa e toda a comunidade, novas formas de socialização e exploração do potencial da extensão, corroborando com o aspecto dialético da extensão. Após a compilação dos relatos dos discentes publicados nas 51 edições do Informativo AFRID até 2014, podemos deduzir, por meio da análise desses escritos que, o discente entende que participar de um programa de extensão é uma oportunidade de crescimento pessoal e profissional. Para os discentes, o AFRID é um espaço de conviver, uma oportunidade de aprender, adquirir conhecimentos, trocar experiências na prática, conhecendo a realidade do idoso. O impacto na formação discente se faz presente nos relatos publicado no informativo. O graduando tem a consciência do papel formativo que a extensão tem em sua vida acadêmica. E mais, a influência que o programa exerce em sua vida de um modo geral.

Com relação à interface com o ensino e a pesquisa, vários trabalhos científicos publicados se valeram do AFRID como lócus de pesquisa: artigos científicos, Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) e dissertações de mestrado, o que sugere que essa interface tem sido realizada no AFRID, ainda que sejam acanhadas as iniciativas apresentadas. Talvez, a pouca expressividade das pesquisas no AFRID pode decorrer do fato de que a FAEFI não ter um programa de pós-graduação, sendo um dos poucos cursos antigos da UFU a estar nessa situação. No período estudado, foram encontradas algumas pesquisas realizadas pelo AFRID e pelos discentes ligados ao projeto e publicadas em periódicos. O site do AFRID apresenta 63 pesquisas que tiveram o programa e as ILPIS (Instituições de Longa Permanência para Idosos) onde o AFRID realizava intervenções de pesquisa. Desses 63 trabalhos, 20 são textos completos e 43 são resumos. Dentre os 20 textos completos verificamos que 2 estudos estão publicados em

periódicos e 15 não foram publicados em periódicos e 3 trabalhos foram realizados fora do programa AFRID.

A ligação do AFRID com os processos de ensino, por meio das disciplinas do curso de Educação Física, e das pesquisas refletem a extensão conceitualmente pensada pelo FORPROEX: uma extensão articuladora entre o ensino, a pesquisa, o tripé que sustenta e norteia as atividades da universidade. Os discentes que participam do AFRID mostram entendimento quanto ao processo de dialógico e a importância do programa em sua formação, conforme revela Barboza (2011)

Entrei no projeto porque buscava algo mais para acrescentar no meu currículo e além de tudo para melhorar minha capacidade de ensino-aprendizagem, melhorar meu entendimento sobre organizações de eventos (semana do idoso, aulão e festas do projeto), e porque é muito importante participar de projetos que abrangem tanto como o AFRID: aprimoramento de atividades extensionistas, aulas, trabalhos publicados em congressos, contato direto com os idosos e com todos os estagiários do projeto.

O discente salienta, ainda, que é incentivado a pesquisar, estudar e estar sempre presente no projeto e aproveitar as oportunidades proporcionadas, além da importância da interação entre discentes e idosos, contando que a aprendizagem é constante e recíproca. Em sua fala percebe-se a relação dialética presente e a competência que a extensão mostra no aspecto formativo do aluno. No momento em que a universidade, por meio do AFRID, se aproxima da comunidade e traz essa comunidade para dentro de suas instalações e também vai a locais determinados, como, por exemplo, as ILPI's, a extensão proporciona ao aluno, dentro desse movimento dinâmico, dar sentido ao que aprendeu em sala de aula, tornando palpável o conhecimento estudado, significando o processo educativo.

Esse ponto, que coaduna as ações do AFRID com as propostas do FORPROEX, é a práxis pedagógica desenvolvida com os discentes

atuantes no programa que, através de cursos de capacitação, minicursos, palestras e grupos de estudo, buscam, principalmente, alinhar a realidade do projeto aos estudos científicos, resultando na produção de conhecimentos acerca da temática e dos problemas encontrados na prática. A relação professor-aluno é uma das questões trabalhadas nos cursos e estudos, bem como a prática pedagógica, o planejamento das aulas e as questões intergeracionais. A problemática entre a teoria e a prática são questões que os discentes trazem da realidade do programa: os desafios em aliar a teoria na prática, a ciência à realidade vivida.

A unidade entre ciência e vida é uma unidade ativa, somente nela se realizando a liberdade de pensamento; ela é uma relação mestre-aluno, uma relação entre filósofo e o ambiente no qual se atua e de onde se extraem os problemas necessários para colocar e resolver: isto é, é a relação filosofia-história. (GRAMSCI, 1966, p.38).

Apreende-se, a partir de Gramsci, que a união da ciência com a realidade da vida é algo ativo, ou seja, se encontra permanentemente em ação; é orgânica, a ponto tal que, se há problemas, há também soluções, ou seja, a solução é dependente do problema, e vice-versa. Assim, a relação proposta pela práxis pedagógica do AFRID se situa entre o ambiente e o público-alvo atendido: aí se encontram problemas e demandas; também a partir da relação professor-aluno, empreendida na universidade, destacam-se estudos e pesquisas científicas sobre o envelhecimento, questionamentos e dúvidas por parte do discente quanto à prática pedagógica. Portanto, em relação a construir uma práxis na extensão e impactar a formação do aluno, como enumera conceitualmente o FORPROEX, o AFRID realiza essa ideia de extensão e, por isso, se destaca, conceitualmente, como uma efetiva ação extensionista.

Atualmente, o AFRID atende a mais de 300 idosos, no Campus Educação Física. Em anos anteriores, foram cerca de 200 idosos atendidos em Instituições de Longa Permanência (ILPI's). Ao longo dos anos, o AFRID já desenvolveu muitos projetos, sendo a maioria contínuos e alguns esporádicos, com objetivos específicos e prazos

determinados, dentre eles: cursos para os idosos; Bombeiro Sênior, em parceria com o Batalhão do Corpo de Bombeiros de Uberlândia; curso de Massoterapia em parceria com o curso de Fisioterapia da UFU; projeto de prótese dentária ações em parceria com a Escola Técnica de Saúde (ESTES); o projeto de Canto e Coral; encontros com psicólogos; dia de vacinação; dança do ventre; dança livre; aprimoramento para os discentes, como o minicurso de musculação, hidroginástica e pilates. Dentre os eventos está a Semana do Idoso, o Aulão e as festas comemorativas.

A Semana do Idoso já realizou 20 edições, dentro da organização feita no recorte temporal estudado. Segundo Costa (2000, p. 43), o evento é a culminância das ações desenvolvidas durante todo o ano com o propósito de integração, socialização e aquisição de conhecimentos acerca dos temas desenvolvidos. Consolidou-se como uma ação perene na temática do envelhecimento. Em números de expansão da ação, podemos citar que, em 1995, na I Semana do Idoso, participaram cerca de 100 idosos, enquanto que, no ano de 2014, cerca de 1000 idosos participaram das atividades, o que revela que, após 19 anos, a Semana do Idoso ganhou destaque em participação da população idosa de Uberlândia e região.

A Resolução nº 04/2009 do Conselho Universitário, em seu Art. 2º, traz os princípios que regem a extensão na UFU: “I – tem a função de promover a integração ensino/pesquisa, reafirmando-se como processo acadêmico não desvinculado da geração e difusão do conhecimento”. Um dos caminhos encontrados para promover a extensão integrada com o ensino e a pesquisa e sua divulgação, são as publicações. O AFRID realizou as ações de extensão alcunhadas como publicações, das quais se destacam, além das 51 edições do Informativo AFRID, até 2014, três edições do Almanaque AFRID; e o livro *Atividade física, envelhecimento e a manutenção da saúde*, lançado, em 2010, pela Editora da UFU (EDUFU).

O AFRID também conta com um site na internet <[www.afrid.faei.ufu.br](http://www.afrid.faei.ufu.br)>, que divulga o trabalho realizado, textos, pesquisas, todos os informativos, para que as pessoas interessadas tenham acesso ao material produzido.

Outras importantes ações desenvolvidas pelo AFRID são as viagens e os passeios que proporcionam lazer e cultura aos idosos, uma forma

de incentivá-los a conhecer novos lugares e pessoas e, assim, trocar experiências e reconhecer diversas expressões artísticas, culturais, educacionais e esportivas. Ademais, a intenção de trazer para a discussão a ideia de liberdade, autonomia, superação e conscientização nos processos educativos, por parte do idoso, para aqueles que estão sem perspectiva de pensar sobre sua existência a partir do ponto de vista científico.

Outra ação que merece destaque é o curso de informática básica do AFRID, que possibilita ao idoso a aprendizagem de novas tecnologias. Sabe-se que, hoje, a informática e os dispositivos eletrônicos se fazem cada vez mais presentes nas tarefas diárias. Usar o celular e o computador são atividades extremamente desafiadoras para o idoso, e realizá-las com sucesso proporciona-lhe independência e satisfação, o que pode contribuir na melhora da sua qualidade de vida. Assim, o AFRID proporciona educação digital como mais uma ferramenta destinada à emancipação do idoso, que pode, do ponto de vista do conhecimento gerado, alcançar uma cidadania ativa, e buscar seus direitos e os seus benefícios. O AFRID mais uma vez promove a extensão socialmente referenciada, visto que o curso de informática era uma reivindicação da comunidade idosa.

Conjuntamente, a ideia, ou delineamento conceitual da extensão está emaranhada a outras ideias e conceitos, como a democracia, cidadania e a própria ideia de educação e de universidade, conceitos universais e, no entanto, não universalizados, de modo que não atendem a todos de maneira igualitária. A organização de uma sociedade comprometida com seu desenvolvimento perpassa por estes conceitos.

Entendemos por cidadania o processo histórico-social mediante o qual a massa humana consegue forjar condições de consciência, de organização e de elaboração de um projeto que lhe permite deixar de ser massa e passar a ser povo, como sujeitos históricos capazes de implementar o projeto elaborado. O grande desafio histórico é certamente esse: como fazer das massas anônimas e manipuláveis um povo brasileiro consciente e organizado. (BOFF, 1998, p. 49).

Portanto, a educação em seu aspecto social é papel fundamental no forjar dessa sociedade mais consciente. O papel da extensão no AFRID visa acolher, elaborar e fomentar o processo de tomada de consciência por parte da população idosa, que deve estar consciente de seus direitos e deveres, que necessita se informar sobre o envelhecimento e conhecer os mecanismos que envolvem o envelhecer ativo e saudável.

Aulas de línguas também são desenvolvidas no AFRID, o inglês e o francês já foram oferecidos para a turma da terceira idade, em especial, a língua inglesa, amplamente inserida em nossa cultura. O idoso tem a possibilidade de conhecer essa língua, que pode auxiliá-lo a tomar decisões mais assertivas no seu fazer diário e a se comunicar melhor com familiares.

Assim, nas ações desenvolvidas, o AFRID construiu, conjuntamente com todos os envolvidos (docentes, discentes, técnicos e idosos), uma transformação na vida das pessoas, possibilitando que a velhice seja vista como uma fase de perdas e conquistas, como as outras fases da vida, confrontando o saber acadêmico a uma prática crítica. Isso possibilita ao idoso fazer escolhas mais saudáveis e conscientes, estabelecendo um novo paradigma educacional e cultural.

Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas “originais”; significa também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, “socializá-las” por assim dizer; transformá-las, portanto, em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral. (GRAMSCI, 1966, p. 13).

É com vistas à referida citação de Gramsci, que o AFRID proporciona a socialização de conceitos e ideias sobre o envelhecimento e a atividade física. Segundo Novais e colaboradores (2013, p. 238), o AFRID “tem conseguido alcançar os objetivos preconizados, melhorando a qualidade de vida, o bem-estar físico, social e emocional da população idosa uberlandense e regional”. Ainda, Andrade e Costa (2010, p. 176) relatam que o programa

tem conseguido alcançar os objetivos preconizados, melhorando a qualidade

de vida, o bem-estar físico, social e emocional dos seus participantes. Dessa forma, a Universidade Federal de Uberlândia, por meio de seus projetos extensionistas e de prestação de serviços, cumpre um papel primordial para a melhoria da qualidade de vida dessas pessoas bem como na formação de futuros profissionais competentes para atuarem no campo da geriatria, como da gerontologia e, ao mesmo tempo, incentivar estudos e pesquisas sobre o envelhecimento humano.

Isso é bastante significativo na história da FAEFI e da UFU, pois com essas ações, ampliam-se os espaços de lazer, esporte, cultura e educação, corroborando com o papel social da universidade pública, qual seja, o de levar o conhecimento para além dos muros da Universidade em benefício da sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na análise e interpretação da trajetória histórica do AFRID, pode-se observar a extensão realizada pela Universidade brasileira. No entanto, sendo as atividades de extensão tão amplas e complexas, assim também serão suas definições e linhas de trabalho. A extensão recebeu diversas concepções no período estudado, enquanto processo científico, cultural, desportivo e político, e como ação reivindicada pelo movimento estudantil, ou intencionada como método de coerção social, durante a ditadura militar brasileira, até o momento de encontro com o anseio da universidade em refletir sobre essas questões com a criação do FORPROEX, em 1987, até a implementação do Programa de Extensão Universitária (ProExt) em 2003, como uma política pública da extensão.

Após a apresentação das práticas e do cotidiano do projeto AFRID, no período de 1989 a 2014, se faz necessário o olhar crítico para as questões internas à práxis educacional, questões destacadas no início do trabalho: qual é a ideia ou o conceito de extensão que permeia o trabalho extensionista no AFRID? É preciso citar que, no projeto do

AFRID, não foram encontradas reflexões sobre a filosofia da práxis em seu fazer acadêmico; talvez outro olhar sobre a sua prática tenha sido apresentado, no entanto não foi assinalado. Portanto, cabe uma nova compreensão, sob a ótica histórica, da construção e desenvolvimento do programa, conforme a filosofia de Gramsci:

Se se coloca o problema de identificar teoria e prática, coloca-se neste sentido: o de construir sobre uma determinada prática uma teoria, a qual, coincidindo e identificando-se com os elementos decisivos da própria prática, acelere o processo histórico em ato, tornando a prática mais homogênea, coerente, eficiente em todos os seus elementos, isto é, elevando-a à máxima potência; ou então, dada uma certa posição teórica, no sentido de organizar o elemento prático indispensável para que esta teoria seja colocada em ação. A identificação de teoria e prática é um ato crítico, pelo qual se demonstra que a prática é racional e necessária ou que a teoria é realista e racional. (GRAMSCI, 1966, p. 51).

Partindo do pressuposto de que a extensão, hoje realizada nas universidades brasileiras, tem como finalidade ser coerente com a teoria em que se baseia e, dialogando com a filosofia da práxis, a qual fomenta a prática da extensão de acordo com a definição conceitual do FORPROEX, o AFRID promove, de fato, a extensão delineada pelo fórum, assumindo o papel transformador, articulador e transitório, conferindo um caráter essencialmente social e político em suas ações, ainda que não sejam seus objetivos primeiros. Concordando com Nakamura (2007, p. 42):

mas por não encontrarmos indicações sobre os processos pedagógicos adotados, que dentro dessa perspectiva vislumbraria uma pedagogia crítica, não podemos confirmar tal possibilidade, apesar do projeto apresentar coerência entre a visão de envelhecimento, conceito de

saúde e autonomia, conceitos que foram ampliados de acordo com as transições conceituais de cada período.

Ademais, sobre a criação do AFRID, é representativa a iniciativa de discentes na construção de um projeto de extensão, o que, aparentemente, mostra o anseio por aproximar a teoria da prática, aspiração esta que, ronda os alunos durante a graduação e, justifica a extensão universitária como processo educativo, formativo e efetivo nessa metodologia. Além de referendar a reivindicação de uma universidade mais democrática feita pelo movimento estudantil no início da extensão nas universidades brasileiras. Outro ponto a ser compreendido é o rápido crescimento de ações dentro do programa, mais especificamente a Semana do Idoso, ação que incute importantes iniciativas de promoção e de informações à comunidade, capaz de aliar teoria e prática para a promoção da saúde e qualidade de vida, auxiliando o idoso na busca por conhecimentos que auxiliem no processo do envelhecimento, conhecimentos advindos de pesquisas na universidade e de outras fontes de estudo e pesquisa na área da atividade física e envelhecimento humano.

Percorridas essas reflexões, notamos que essa ação é de extrema importância para a valorização da extensão realizada no AFRID, pois, além da divulgação de aspectos do processo de envelhecimento desconhecidos do grande público, há maior aproximação entre o conhecimento científico e a comunidade atendida, coadunando objetivos da extensão e promovendo a articulação ensino-pesquisa-extensão. Atualmente, a Semana do Idoso já contou com 21 edições, número expressivo de uma ação que, apesar de ser, de fato, uma ação de extensão, pode ser melhor articulada na UFU, no sentido de promover encontros com diversas faculdades que estudam a temática do envelhecimento; e, assim, produzir um diálogo expressivo com os idosos de Uberlândia, que passariam a ser vistos de pontos diversos pelo fazer acadêmico. Tais ações, que acontecem na Semana do Idoso, ainda se encontram tímidas em seu potencial aglutinador da diversidade acadêmica.

O reconhecimento institucional do AFRID como espaço educativo e sua elevação a um novo patamar de estruturação são alvo de reflexões e debates na universidade. Irmanar ações diversas trará importância para

a criação da Universidade Aberta para a Terceira Idade, ação que é uma prática realizada pelo AFRID, no entanto, não institucionalizada ou mesmo reconhecida pela UFU. Notadamente, a prática da extensão marginalizada ainda ocorre na UFU. Faz-se necessário um trabalho comprometido com a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão por essa instituição.

Ainda, a UFU e o AFRID foram acompanhando o movimento extensionista no Brasil, no entanto, em alguns momentos, a UFU acompanhou o movimento hegemônico elitista, que não abarcava as demandas da população menos favorecida e, assim, não realizando uma extensão socialmente referenciada. Completa-se que, “o embate ideológico pela hegemonia de projetos de sociedades vai adquirindo sutilezas de dimensões filosóficas e econômicas nos encaminhamentos do projeto governamental de universidade” (MELO NETO, 2004, p. 27), refletindo nas ações extensionistas desenvolvidas pelo AFRID e pela UFU, nos contornos que as políticas governamentais ganham ao longo dos anos.

A extensão realizada na UFU passou por mudanças após o FORPROEX, no entanto, ainda se nota ações de extensão inconsistentes, descontínuas e pontuais, refém das vontades de seus gestores e docentes, posto que, mesmo obrigatória, ela não se faz presente e organizada em ações conjuntas com o ensino e a pesquisa. Conforme Rodrigues (2014, p. 64), “mesmo que se reconheça algum nível de esforço para a institucionalização da extensão no âmbito da UFU, articulada a uma organização curricular dos cursos de graduação mais flexível, nos termos até aqui destacados, os passos dados por esta Instituição ainda são tímidos”. A discussão para engendrar a extensão como parte integrante dos currículos na UFU ainda está no campo do debate. Editais de fomento apartam a pesquisa da extensão e, por isso, a UFU tem um longo caminho a percorrer no sentido da efetiva indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Segundo Melo Neto (2004, p. 8), “o conhecimento que está sendo produzido na universidade através da pesquisa, da extensão e do ensino e que, muitas vezes, só promove a exclusão e a desigualdade, não pode ser ético”. Portanto, as leis que regem a universidade necessitam de reformas e mais, as normas legais que já estão postas precisam urgentemente ser colocadas em prática.

Não obstante os avanços em termos de institucionalização, concepções e metodologias relativas à Extensão Universitária, há ainda um longo caminho a percorrer, tendo em vista os objetivos que se pretende alcançar e os desafios em presença nos contextos nacional e internacional, assim como no âmbito das próprias Universidades Públicas. (FORPROEX, 2012, p. 9).

A universidade não deve se considerar como a representação da salvação social, pois corre o risco da descaracterização de sua função universalista e orgânica, e de deixar de desempenhar funções científicas, culturais e esportivas. Aí reside sua contradição: manter-se como instituição de elevado nível cultural e científico, incorporando as demandas sociais e sua cultura popular, oferecendo esse diálogo sem se perder ao longo de seu processo dialético e controverso. Para alcançar o equilíbrio entre a produção de cultura sistematizada e a incorporação da cultura de massa, se faz necessário à universidade rever a hegemonia cultural presente em seu arcabouço, a concepção de mundo que deseja tecer em sua trajetória institucional, e estar aberta ao diálogo e às mudanças inerentes à própria sociedade, não se engessando, mas mantendo-se, constantemente, renovada. Como aponta Buarque (2014, p. 3),

Não ocorreram grandes mudanças estruturais na universidade, nos últimos mil anos. O papel da universidade pouco mudou. No entanto, a realidade da situação social do mundo, bem como os avanços dinâmicos em termos de informação, conhecimento e novas técnicas de comunicação e educação evidenciam a necessidade de uma revolução no conceito de universidade.

Após muitas questões terem sido colocadas em foco, algumas foram mais bem compreendidas, outras suscitaram mais desconfortos e dúvidas. Nesse sentido, esse estudo aspirou sensibilizar para questões sociais mais profundas, que possam ser esmiuçadas e alargadas sob os aspectos da organicidade e da sustentabilidade. Que a partir

de ideias integrativas e colaborativas, as ações de extensão possam traduzir projetos educacionais que não sejam marcados pelo impor, ditar ou convencer, mas pela superação das questões fragmentadoras e limitadoras da ordem social, colaborando na questão lançada a partir de uma perspectiva científica. Sem o intuito de elucidar todas as contradições existentes ou engessar o conhecimento abordado, e muito menos responder por toda extensão realizada na UFU, mas com a certeza da relevância da extensão na elaboração de uma educação mais humana, concorda-se com Gramsci:

Se as verdades científicas fossem definitivas, a ciência teria deixado de existir como tal, como investigação, como novas experiências, reduzindo-se a atividade científica à repetição do que já foi descoberto. O que não é verdade, para a felicidade da ciência. (GRAMSCI, 1966, p. 70).

Finalmente, considerando tudo o que foi exposto, conclui-se que o AFRID, ao longo de quase três décadas de trabalho extensionista, desenvolveu inúmeros projetos, beneficiou a população idosa e colaborou com a formação discente, promovendo uma extensão que faz pensar, que propõe soluções e, acima de tudo, provoca a dissolução de velhos paradigmas assistencialistas, colaborando na construção de novas ideias e significados para a extensão universitária.

## REFERÊNCIAS

AFRID. **Projeto AFRID**. Disponível em: <<http://www.afrid.faei.ufu.br/node/3>>. Acesso em: 2 jul. 2014.

ANDRADE, G. G. V., COSTA, G. A. Projeto AFRID: atividades físicas e recreativas para a terceira idade. **Em Extensão**, Uberlândia, v. 9, n. 2, p, 167-176, jul./dez. 2010.

BARBOZA. **Informativo AFRID**, Uberlândia, n. 42, 2011. Disponível em: <[www.afrid.faei.ufu.br](http://www.afrid.faei.ufu.br)>. Acesso em: 10 jan. 2016.

BOFF, L. A função da universidade na construção da soberania

nacional e da cidadania. **Revista Cultura Vozes**, São Paulo, n. 2, p. 49-68, mar./abr. 1998.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 19.851, de 11 de abril de 1931. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: 1996.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm)>. Acesso em: 15 fev. 2014.

BUARQUE, C. **A universidade na encruzilhada**. São Paulo: Editora UNESP, 2014. 360 p.

CAMPOS, I. E. **A extensão universitária como espaço para o desenvolvimento regional**: estudo de caso do Proexte 1995/1996. 2008. 73 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2008.

COSTA, G. de A. **Atividade física, qualidade de vida e currículo**: por uma velhice bem-sucedida. 2000. 249 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Atividade física, envelhecimento e a manutenção da saúde**. Uberlândia: EDUFU, 2010.

FORPROEX – Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **O Plano Nacional de Extensão Universitária**. 1987. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Plano-nacional-de-extensao-universitaria-editado.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2014.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Extensão 2000-2001**. 1998. Disponível em <<http://www.portal.ufpa.br/docsege/Planonacionaldeextensaouniversitaria.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. CORRÊA, E. J. (Org.). Belo Horizonte: Coopmed, 2007. 112 p.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Extensão Universitária**. 2012. Disponível em: <<http://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. 341 p.

IBGE – Instituto Brasileira de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 137 p.

MELO NETO, J. F. **Extensão universitária**: uma análise crítica. João Pessoa: Editora da UFPB, 2001. 240 p.

\_\_\_\_\_. **Extensão universitária, autogestão e educação popular**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2004. 208 p.

MOTTA, R. P. S. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2014. 448 p.

NAKAMURA, A. L. L. **Envelhecimento**: um olhar sobre a perspectiva de saúde, autonomia e promoção da saúde em programa de atividade física. 2007. 231 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2007.

NERI, A. L. CACHIONI, M. Velhice bem-sucedida e educação. In: NERI, A. L. DEBERT, G. G. (Org.). **Velhice e sociedade**. Campinas, SP: Papirus, 1999. p. 113-140.

NIAFS – Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Atividade Física e Saúde. **Regimento Interno do NIAFS**. Disponível em: <<http://www.niafs.faefi.ufu.br/uploads/media/regimento.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

NOGUEIRA, M. D. P. (Org.). **Extensão Universitária**: diretrizes conceituais e políticas. Documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras 1987-2000. Belo Horizonte: PROEX/UFMG; FORPROEX, 2000. Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1987-I-EncontroNacional-do-FORPROEX.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

NOVAIS, F. V. et al. Alguns caminhos percorridos para a promoção de atividade física para idosos. In: ROSA, T. E. C., BARROSO, A. E. S. LOUVISON, M. C. P. (Org.) **Velhices**: experiências e desafios nas políticas do envelhecimento ativo. São Paulo: Instituto de Saúde, 2013, p. 135-145.

ROCHA, R. M. G. A construção do conceito de extensão universitária na América Latina. In: FARIA, D. S. D (Ed.). **Construção conceitual da extensão na América Latina**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2001. P. 13-29.

RODRIGUES, V. M. **O programa de extensão universitária Proext no contexto das políticas educacionais no período de 2003 a 2012**: uma análise a partir da experiência da Universidade Federal de Uberlândia. 2014. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) –Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

SOUSA, A. L. L. **História da extensão universitária**. 2. ed. Campinas, SP: Alínea, 2010. 138 p.

UFU – Universidade Federal de Uberlândia. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEP). Resolução nº 01/88. 1988. Disponível em: <<http://www.reitoria.ufu.br/atasResolucoes.php>> Acesso em: 15 jan. 2016.

\_\_\_\_\_. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEP). Resolução nº 02/1990. Disponível em: <<http://www.reitoria.ufu.br/atasResolucoes.php>> Acesso em: 15 jan. 2016.

\_\_\_\_\_. Conselho Universitário (CONSUN). Resolução nº 04/2009. <<http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/ataCONSUN-2009-4.pdf>>. Acesso em: nov. 2015.

\_\_\_\_\_. Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis. **Produção de extensão, cultura e assuntos estudantis da UFU: 1993-1996.** Uberlândia: PROEX, 1996. 364p.

\_\_\_\_\_. **Regimento Geral.** 1998. Disponível em: <[http://www.ufu.br/sites/ufu.br/files/media/documento/regimento\\_geral\\_da\\_uvu.pdf](http://www.ufu.br/sites/ufu.br/files/media/documento/regimento_geral_da_uvu.pdf)>. Acesso em: 15 jan. 2016.

Submetido em 15 de março de 2018.

Aprovado em 16 de abril de 2018.